

DESIGUALDADES TERRITORIAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM SANTA CATARINA: UMA ANÁLISE REGIONAL DO IFDM E DOS ODS ENTRE 2013 E 2023

Roberth Andres Villazon Montalvan¹, Rogério Goulart Junior², Rosangela Aparecida da Silva³, Thaiz da Silveira Peters⁴

GT: 7 – Educação, Saúde, Território e Sustentabilidade

Resumo

Este artigo analisa a evolução do desenvolvimento humano e econômico dos municípios catarinenses à luz dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), no período de 2013 e 2023. A partir da tipologia de vertentes de desenvolvimento humano, municípios catarinenses agrupados em mesorregiões foram classificados em quatro categorias: Círculo Virtuoso, Tendência de Desenvolvimento Humano, Tendência de Crescimento de Renda e Círculo Vicioso. Os resultados revelam avanços discretos, com aumento dos municípios em melhor situação (Círculo Virtuoso) e redução daqueles em condição crítica (Círculo Vicioso). No entanto, persistem desigualdades relevantes entre as mesorregiões. Enquanto a Grande Florianópolis, Norte e Oeste Catarinense demonstraram melhorias significativas, a região Serrana mantém elevados índices de vulnerabilidade. A análise cruzada com os ODS evidencia a convergência entre o desempenho positivo no IFDM e as metas dos ODS 1, 3, 4, 8 e 10, sobretudo em indicadores que consideram a formalização do trabalho, cobertura de pré-natal, desempenho educacional e desigualdade de renda. A permanência de assimetrias territoriais aponta para a necessidade de políticas públicas mais integradas, sensíveis ao território e orientadas por evidências. Conclui-se que o uso combinado do IFDM e da Agenda 2030 representa uma ferramenta estratégica para monitorar e promover o desenvolvimento sustentável em Santa Catarina, desde que acompanhado por esforços contínuos de redução das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional; Objetivos do desenvolvimento sustentável; Índice de desenvolvimento humano municipal; Índice Firjan; Santa Catarina.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Engenharia Ambiental (UFSC), Epagri/Cepa; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – e-mail: roberthmontalvan@epagri.sc.gov.br. ORCID: 0000-0001-6375-1811

² Doutor em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP); Epagri/Cepa; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – e-mail: rogeriojunior@epagri.sc.gov.br. ORCID: 0000-0002-4200-9500

³ Mestre em Economia (UFSC); Epagri/Cepa; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – e-mail: rosangeas@hotmail.com. ORCID: 0009-0001-6499-0889

⁴ Graduada em Análise e Desenvolvimento de sistemas; Epagri/Cepa; Florianópolis, Santa Catarina, Brasil – e-mail: thaizdasilveirapeters@gmail.com. ORCID: 0009-0006-9138-6237

O Estado de Santa Catarina é um território de contrastes, com potenciais e identidades regionais. Está localizado na região Sul do Brasil com uma geografia que se alterna entre a planície litorânea que concentra grande parte da população, rodovias, portos e setores de serviços, industrial e agrícola; e o interior marcado por planaltos com serras e vales que apresentam grande produção agropecuária, extrativa e agroindustrial. Essa variedade geográfica influencia diretamente a dinâmica social e econômica do Estado que é destaque no cenário nacional. Santa Catarina é composta por 297 municípios distribuídos em seis mesorregiões: Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí. Cada mesorregião possui características que demonstram a diversidade da produção do estado, contribuindo para uma organização territorial e articulação de políticas para fortalecimento local.

Santa Catarina é um estado marcado por elevada diversidade territorial e socioeconômica. Com um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH de 0,792 considerado alto (IBGE, 2021) - o Estado destaca-se nacionalmente por indicadores sociais favoráveis. No entanto, essa média oculta disparidades internas entre litoral e interior, planícies e planaltos, tornando essencial o estudo do desenvolvimento municipal sob uma ótica de sustentabilidade. A variação geográfica exige políticas públicas que conciliem crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental. Nesse contexto, o conceito de desenvolvimento sustentável ganha importância conforme definido no Relatório *Brundtland*, que busca “atender às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras” (CMMA, 1992). Ou seja, busca-se integrar dinamismo econômico e inovação com bem-estar social e proteção ambiental, equilibrando tradição regional e perspectiva de futuro.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 ampliam esse enfoque, propondo metas globais interligadas às dimensões econômica, social e ambiental. Segundo a Organização das Nações Unidas (2015), a Agenda 2030 é “um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade”, que equilibra essas três dimensões e enfatiza a erradicação da pobreza como requisito chave para o desenvolvimento sustentável. Os 17 ODS formam uma agenda universal cujo sucesso depende da atuação conjunta de Estados, empresas, sociedade civil e, especialmente, dos entes locais. Os municípios e suas regiões têm papel central neste cenário, pois são territórios onde as pessoas vivem, estudam e trabalham, onde as empresas produzem e prestam serviços, e onde o setor público arrecada tributos e também presta seus serviços.

A implementação da Agenda 2030 requer, portanto, a articulação das políticas nacionais com as realidades locais. De fato, o PNUD (2021) aponta que governos locais e regionais são “essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável inclusivo em seus territórios” e constituem parceiros fundamentais na implementação das metas globais.

Por estarem mais próximos das demandas da população, autoridades municipais podem alinhar os ODS às prioridades locais, potencializando “a implementação da Agenda 2030 de maneira concreta e eficiente para cidadãos” (ONU, 2015).

Nesse sentido, a mensuração do desenvolvimento econômico e social em nível municipal torna-se estratégica. Indicadores e índices compostos permitem comparar territórios, revelar desigualdades antes invisíveis e orientar ações públicas. Por exemplo, o IDH avalia três dimensões fundamentais – longevidade, educação e renda – refletindo aspectos essenciais da qualidade de vida.

No Brasil, esse conceito foi adaptado ao contexto local pelo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que consolida dados de saúde, escolaridade e renda para cada município. Outro indicador relevante é o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que acompanha desde 2008 o desempenho socioeconômico das cidades brasileiras em três áreas: Emprego & Renda, Saúde e Educação.

O IFDM utiliza exclusivamente fontes oficiais anuais, permitindo análises temporais com grande acuidade sobre a evolução municipal. A combinação desses índices com as metas dos ODS cria uma matriz analítica robusta: por exemplo, as variáveis de Emprego & Renda do IFDM se relacionam diretamente com os ODS de erradicação da pobreza e trabalho decente, enquanto os componentes de Educação e Saúde espelham o ODS de educação de qualidade e o ODS de saúde e bem-estar. Assim, ao analisar conjuntamente dados do IDH, IFDM e indicadores locais ajustados aos ODS é possível compreender o desempenho territorial multifacetado e entender como políticas setoriais influenciam o desenvolvimento econômico e sustentável. Socialmente falando, esse estudo se justifica pela urgente necessidade de enfrentar desigualdades regionais e melhorar a equidade. Como alerta, o PNUD (2021) destaca que desigualdades socioeconômicas profundas podem “prejudicar as sociedades, enfraquecendo a coesão social e a confiança das pessoas nas instituições” e representam um obstáculo à Agenda 2030.

As análises que evidenciam assimetrias municipais – por exemplo, identificando concentrações de pobreza ou deficiências em saúde e educação em determinadas mesorregiões de Santa Catarina – apoiam a formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas. Tecnicamente, a integração de bases de dados oficiais e indicadores ajustados às metas internacionais incrementa a precisão do diagnóstico territorial. As metodologias bem-estabelecidas (como as do IDH, IDHM e IFDM) fornecem métricas confiáveis, facilitando comparações entre estados, regiões e municípios e o acompanhamento de tendências ao longo do tempo.

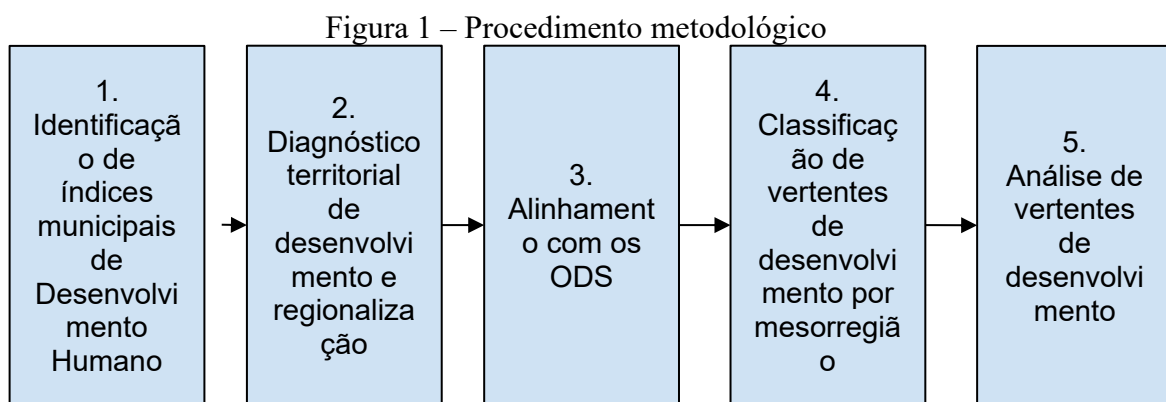
A análise cruzada desses indicadores ajuda a validar resultados e a evidenciar áreas que exigem atenção prioritária. Cientificamente, o trabalho relaciona teorias de desenvolvimento às evidências empíricas locais. Seguindo a visão de Sen (2000) e outros autores (Abramovitz, 1989; Daly, 1996; Sachs, 2008; Veiga, 2005), o desenvolvimento não pode ser entendido apenas como crescimento econômico, mas como ampliação das liberdades reais das pessoas e da estrutura econômica e social da localidade estudada. Índices compostos, como o IFDM e o IDH, servem ao propósito de quantificar essa visão multidimensional do bem-estar humano e socioeconômico.

Além disso, Beck (2010) e Leal Filho (2018) argumentam que indicadores de desenvolvimento têm função política: tornam visíveis estruturas de exclusão antes naturalizadas e orientam a superação de desigualdades. Nesse sentido, avaliar a evolução do desenvolvimento humano e socioeconômico dos municípios catarinenses sob a perspectiva da Agenda 2030 contribui para preencher lacunas de conhecimento sobre como metas globais são percebidas localmente. Ao relacionar resultados dos indicadores municipais aos ODS, este estudo amplia o repertório analítico disponível, gerando conhecimento científico que pode embasar intervenções territoriais inovadoras. Os resultados obtidos apresentam relevância prática e indireta significativa. Primeiro, ao destacar quais mesorregiões ou municípios apresentam avanços ou defasagens relativas, oferece subsídios para direcionar recursos e políticas públicas focadas. Segundo, ao relacionar dados de IFDM e ODS, sinaliza como diferentes dimensões do desenvolvimento – econômico, educacional e de saúde – convergem ou divergem em cada território, auxiliando gestores a articular ações integradas. Por fim, a discussão alinha-se à agenda internacional dos ODS: evidencia como os municípios catarinenses podem contribuir para os objetivos globais e quais desafios locais precisam ser superados.

Desse modo, os resultados podem inspirar outros estudos comparativos em diferentes estados e informar estratégias de planejamento territorial alinhadas à sustentabilidade.

3. Procedimentos metodológicos

O procedimento metodológico adotado para o presente trabalho baseou-se em cinco etapas consecutivas como ilustradas na Figura 1. O fluxograma apresentado descreve um procedimento metodológico voltado à análise territorial do desenvolvimento humano e econômico com foco na regionalização e alinhamento às metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) do Estado de Santa Catarina.



Fonte: Elaboração própria

A primeira etapa de identificação de índices municipais de Desenvolvimento Humano consistiu na coleta e sistematização de dados sobre os índices de desenvolvimento humano (IDH) disponíveis no nível de municípios, com dados entre 2013 e 2015 (linha base) e 2023 e 2025 para comparação, fornecendo assim uma base comparativa e diagnóstica.

Na sequência, na segunda etapa, com o diagnóstico territorial de desenvolvimento e regionalização, realizou-se uma análise territorial que considera as especificidades regionais e os diferentes níveis de desenvolvimento, permitindo uma proposta de regionalização coerente.

Já na terceira etapa com alinhamento aos ODS, com base no índice de desenvolvimento identificado na primeira etapa, buscou-se alinhar os componentes metodológicos dos indicadores escolhidos com as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, garantindo coerência com padrões internacionais de desenvolvimento, escalabilidade e comparabilidade dos resultados da análise.

A classificação de vertentes de desenvolvimento por mesorregião foi a quarta etapa, onde os municípios foram, então, relacionados conforme os quatro indicadores (geral, educação, saúde e renda) às quatro vertentes de desenvolvimento (ciclo virtuoso, tendência para o desenvolvimento humano, tendência para o crescimento, círculo vicioso), propostas no Informe sobre Desenvolvimento Humano do PNUD/ONU (PNUD, 2002; Corrêa e Duarte, 2022).

A quinta etapa, análise de vertentes de desenvolvimento, aprofundou a compreensão das vertentes predominantes em cada mesorregião, suas potencialidades, desafios e sinergias, permitindo a identificação de padrões e assimetrias entre os municípios em relação à média estadual para cada indicador analisado.

3.1 Identificação de índices de desenvolvimento humano

No contexto brasileiro, diversos índices são utilizados para mensurar o desenvolvimento humano em nível municipal, oferecendo subsídios relevantes para o planejamento territorial e a formulação de políticas públicas. Entre os principais, destaca-se o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), elaborado pelo PNUD em parceria com o Ipea e a Fundação João Pinheiro, que adapta a metodologia do IDH global para a realidade local, a partir de três dimensões: longevidade, educação e renda. Outros indicadores complementares incluem o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), que incorpora aspectos de infraestrutura, capital humano e renda; o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), com foco na qualidade da educação pública; e o Índice de Bem-Estar Urbano (IBEU), que avalia condições de vida em áreas urbanas. Cada um desses instrumentos oferece uma perspectiva distinta e valiosa sobre as dinâmicas do desenvolvimento municipal.

Para os fins desta pesquisa, optou-se pela utilização do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), desenvolvido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), por apresentar atualizações anuais e uma metodologia robusta baseada em dados oficiais dos ministérios da Saúde, Educação e Trabalho. O IFDM é composto por três dimensões — Emprego & Renda, Educação e Saúde —, o que permite uma análise contínua e comparável do desempenho dos municípios ao longo do tempo. A periodicidade anual dos dados é especialmente relevante para este estudo, que busca captar tendências recentes e avaliar a efetividade de políticas públicas em períodos mais curtos, complementando assim os demais

indicadores, cuja atualização depende do Censo Demográfico ou outras fontes esporádicas.

O Índice Firjan de desenvolvimento municipal (IFDM), assim como o IDHM, avalia numa escala que vai de 0 a 1, um padrão internacional no qual o valor mínimo (0) indica baixo desenvolvimento e o máximo (1) indica alto desenvolvimento humano. Estes valores de referência, segundo a FIRJAN, foram feitos com base em metas governamentais, análises estatísticas e empíricas com base em evoluções históricas dos indicadores.

O índice apresenta quatro categorias de desenvolvimento em função dos valores obtidos na ponderação dos indicadores nos três eixos de desenvolvimento.

Quadro 1. - Categorias de desenvolvimento do IFDM

Categoria de desenvolvimento	Valor de referência
Desenvolvimento crítico	$x < 0,4$
Desenvolvimento baixo	$0,4 \leq x \leq 0,6$
Desenvolvimento moderado	$0,6 < x \leq 0,8$
Desenvolvimento alto	$x > 0,8$

Fonte: FIRJAN, 2023.

O Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) é composto por três eixos fundamentais: Emprego e Renda, Educação e Saúde. Cada um desses eixos é construído a partir de indicadores selecionados com base em sua relevância para o desenvolvimento local e disponibilidade de dados oficiais. O eixo Emprego e Renda avalia a dinâmica do mercado de trabalho formal e o poder aquisitivo da população, sendo composto por indicadores como a proporção de empregos formais em relação à população total, variação do emprego formal e média salarial dos trabalhadores com carteira assinada. Esses dados são obtidos a partir da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego.

O eixo Educação analisa o desempenho da gestão pública no fornecimento de educação básica, com foco nos anos iniciais do ensino fundamental. São considerados indicadores como a taxa de matrícula na educação infantil, a taxa de distorção idade-série nos anos iniciais, os resultados do IDEB nos anos iniciais do ensino fundamental e a proporção de docentes com formação adequada. Já o eixo Saúde utiliza dados do Sistema

Único de Saúde (SUS) para medir a qualidade e abrangência da atenção básica, com indicadores como o número de consultas pré-natal, a cobertura de atenção básica e a taxa de internações por causas sensíveis à atenção primária.

3.2 Diagnóstico territorial e regionalização

No contexto desta pesquisa, foi seguida a regionalização das mesorregiões do IBGE para o Estado de Santa Catarina. A escolha das mesorregiões foi motivada por sua função como recortes territoriais intermediários que agrupam municípios com características econômicas, sociais e geográficas semelhantes. As mesorregiões representam uma divisão oficial do território nacional que busca refletir dinâmicas regionais de integração socioeconômica, permitindo a análise de padrões de desenvolvimento com maior coesão interna e comparabilidade entre as regiões. Essa escala territorial facilita a identificação de assimetrias estruturais e potencialidades comuns, contribuindo para análises mais robustas e direcionadas à formulação de políticas públicas regionais. Ao adotar essa delimitação, a pesquisa assegura a compatibilidade com os dados do IFDM e demais indicadores utilizados, preservando a coerência metodológica e evitando a necessidade de redefinições territoriais arbitrárias.

3.3 Alinhamento com os ODS

Esta etapa visou estabelecer conexões entre os indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Agenda 2030 da ONU, e os componentes que integram o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM). A intenção foi verificar de que maneira as três dimensões que compõem o IFDM — Educação, Saúde e Emprego & Renda — dialogam com as metas e indicadores dos da Agenda 2030 e os ODS, permitindo uma leitura territorial do desenvolvimento que seja alinhada aos compromissos internacionais de sustentabilidade.

O ponto de partida metodológico foi uma avaliação integral dos 17 ODS e de suas 169 metas, com o objetivo de identificar possíveis correspondências com os componentes dos três eixos do IFDM. Os critérios de avaliação foram classificados em três categorias: (i) correspondência direta, quando o mesmo indicador está presente em ambos os sistemas de medição; (ii) correspondência indireta, quando o indicador do ODS não é idêntico, mas expressa o mesmo fenômeno observado por uma variável do IFDM; e (iii) agrupamento conceitual, quando diferentes metas ou indicadores dos ODS são contemplados por um único componente do índice. Como resultado, foi construído um

quadro de convergência que relaciona, para cada meta dos ODS analisados, o número do objetivo, a descrição da meta, o indicador oficial de monitoramento e o componente correspondente do IFDM. Esse cruzamento evidencia as interseções entre os instrumentos internacionais e os indicadores nacionais consolidados, fortalecendo abordagens analíticas voltadas ao planejamento de políticas públicas sustentáveis em nível municipal.

3.4 Classificação de vertentes de desenvolvimento

Para que fosse possível usar estes resultados geograficamente em termos de fases de desenvolvimento, foi usado a metodologia da PNUD (2002) citado por Corrêa e Duarte (2022) que considera quatro classificações de perfis de desenvolvimento humano:

- 1) Tendendo ao crescimento;
- 2) Tendendo ao desenvolvimento;
- 3) Círculo vicioso;
- 4) Círculo virtuoso.

Quadro 2 - Classificação dos municípios segundo vertentes de desenvolvimento

Classificação em vertentes	Situação do município
Tendência ao crescimento	IFDM Renda > que a média
Tendência ao desenvolvimento (*)	IFDM Saúde e IFDM educação > que a média
Círculo vicioso (subdesenvolvimento)	IFDM Renda, IFDM Saúde e IFDM educação < que a média
Círculo virtuoso (desenvolvido)	IFDM Renda, IFDM Saúde e IFDM educação > que a média

Nota: (*) condição de ambos indicadores estarem acima da média do PNUD (2002)

Fonte: adaptado de PNUD (2002, p.69) e Corrêa e Duarte (2022, p.7)

A média ponderada verificada no quadro 1 é calculada com base na população do município e/ou região é calculada da seguinte forma (Corrêa e Duarte, 2022):

$$MP = (\sum IFDM_j \times POP_j) / POP_i$$

Onde $\sum IFDM_j$ é o valor do índice Firjan do município, POP_j é a população do município e POP_i é a população total de referência (no caso, Mesorregião ou Estado).

3.5 Análise de vertentes de desenvolvimento

A quinta etapa, análise de vertentes de desenvolvimento, consistiu em aprofundar a compreensão das dinâmicas territoriais predominantes em cada mesorregião, considerando os componentes do IFDM em relação às metas prioritizadas dos ODS. Essa análise permitiu identificar quais vertentes de desenvolvimento — social, econômica, institucional ou de infraestrutura — se sobressaem em cada território, assim como suas potencialidades específicas, desafios estruturais e possíveis sinergias entre os municípios da mesma mesorregião. Foram examinados padrões de desempenho entre as três dimensões do IFDM e sua relação com os indicadores dos ODS, o que possibilitou identificar assimetrias regionais, como desequilíbrios entre crescimento econômico e acesso a serviços públicos essenciais, ou discrepâncias entre indicadores de saúde e educação em áreas com desempenho econômico elevado. Essa leitura integrada foi essencial para delinear os perfis de desenvolvimento das mesorregiões, subsidiando uma visão mais refinada das desigualdades territoriais e das oportunidades de atuação regionalizada.

4. Resultados

A análise dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) à luz dos componentes do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) revela interconexões importantes entre metas globais e indicadores de desenvolvimento local. Essa aproximação evidencia como determinados componentes do IFDM, utilizados para medir o desenvolvimento humano nas esferas de Educação, Saúde e Emprego & Renda, também sustentam a mensuração de metas estabelecidas pelos ODS.

Um dado particularmente relevante na articulação entre as metas globais da Agenda 2030 e os instrumentos nacionais de monitoramento é a constatação de que 44 indicadores dos ODS no Brasil são contemplados por componentes do IFDM (Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal). Esses indicadores se distribuem entre sete dos dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com destaque para áreas como educação, saúde, renda, trabalho e desigualdades.

Esse cruzamento evidencia não apenas a compatibilidade entre agendas, mas também a potencialidade do IFDM como ferramenta auxiliar para o acompanhamento territorial dos ODS, principalmente em nível municipal. Ou seja, ele permite observar como os desafios globais se expressam em realidades locais e como podem ser enfrentados por meio de dados já disponíveis, que dialogam com políticas públicas estruturantes.

Quadro 3 - Inter-relação entre Componentes IFDM e ODS no Brasil

Componente IFDM	ODS relacionado
Massa salarial real do mercado	ODS 1 - Erradicação da pobreza ODS 5 - Igualdade de gênero ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico
Taxa de formalização de mercado de trabalho	ODS 1 - Erradicação da pobreza ODS 8 - Trabalho decente e crescimento econômico
Proporção de atendimento adequado de pré-natal	ODS 2 - Fome zero e agricultura sustentável ODS 3 - Saúde e bem-estar
Óbitos infantis por causa evitáveis	ODS - Saúde e bem-estar
Resultado do IDEB no Ensino Fundamental	ODS 4 - Educação de qualidade
Atendimento à educação infantil	ODS - Educação de qualidade
Docentes com ensino superior ao ensino fundamental	ODS 4 - Educação de qualidade
Índice de Gini de desigualdade de renda no trabalho formal	ODS 1 - Erradicação da pobreza
Índice desenvolvimento humano (IDHM/IFDM)	ODS 10 - Redução de desigualdade

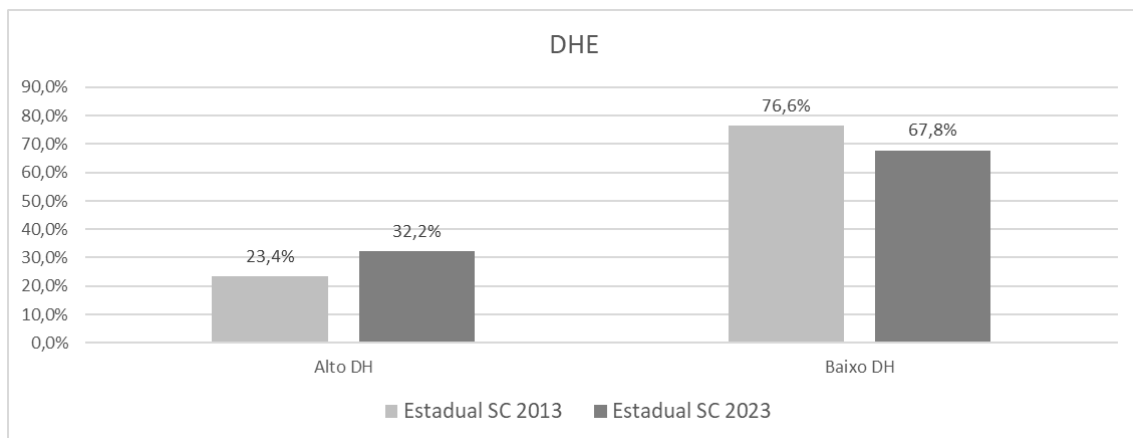
Fonte: Elaboração própria

Essas sobreposições revelam que, apesar da segmentação temática dos ODS, o alcance de determinadas metas depende de variáveis estruturais interdependentes. Por exemplo, a massa salarial formal não apenas se vincula ao ODS 8 (crescimento econômico), mas também sustenta metas do ODS 1 (pobreza) e do ODS 5 (igualdade de gênero). Do mesmo modo, os indicadores educacionais do IFDM sustentam múltiplas metas do ODS 4.

A partir dos indicadores da FIRJAN em seus índices de Saúde, Educação, Emprego & Renda municipais, foram agrupados municípios com índice acima da média estadual nos três componentes como grupo de municípios com alto desenvolvimento humano e econômico (DHE). O grupo com municípios que apresentaram pelo menos um dos três componentes abaixo da média estadual foi caracterizado como de baixo DHE. A Figura 2 apresenta a evolução da porcentagem de municípios catarinenses com alto e baixo DHE em 2013 e 2023. Na comparação entre os anos analisados verifica-se aumento consistente dos municípios de alto DHE (de 23,4% em 2013 para 32,2% em 2023) e queda

correspondente dos de baixo DHE (de 76,6% para 67,8%). Esses números indicam melhora geral nos indicadores socioeconômicos municipais ao longo da década. Ainda assim, em 2023 a maioria dos municípios (67,8%) continua em situação de baixo desenvolvimento. Esse padrão corrobora estudos anteriores que mostram Santa Catarina com indicadores elevados em comparação nacional, mas mantendo um “contingente maior de municípios na condição de subdesenvolvimento” quando confrontados internamente. Ou seja, apesar do avanço, persistem desigualdades internas significativas.

Figura 2 - Perfil de desenvolvimento humano e econômico em Santa Catarina

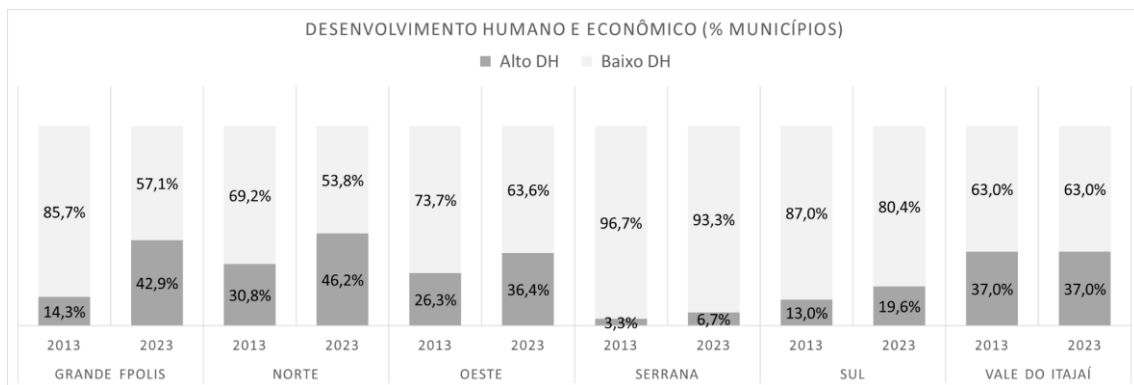


Fonte: Elaboração própria

Ao analisar a participação de municípios com alto versus baixo DHE em 2013 e 2023 por mesorregião (Figura 3), nota-se grande heterogeneidade territorial. Na Grande Florianópolis, a proporção de municípios de alto DHE saltou de 14,3% para 42,9%, reduzindo-se de 85,7% para 57,1% o contingente com baixo DHE. A região Norte também teve avanços marcantes (de 30,8% para 46,2% em alto DHE), enquanto Oeste e Sul apresentaram ganhos mais modestos (Oeste: de 26,3% para 36,4%; Sul: 13,0% para 19,6%). Em contraste, o Vale do Itajaí manteve-se estável (37,0% de seus municípios em alto DHE em ambos os anos), e a Serrana continuou com indicadores muito baixos (apenas 6,7% em alto DHE em 2023, contra 3,3% em 2013). As diferenças absolutas em 2023 são claras: Norte (46,2%) e Grande Florianópolis (42,9%) concentram a maior parte dos municípios de alto DHE, ao passo que Sul (19,6%) e especialmente Serrana (6,7%) apresentam os menores índices. Este padrão está em linha com estudos anteriores, em que as mesorregiões do Norte e do Vale do Itajaí figuram historicamente entre as que “tendem a concentrar as melhores condições de crescimento econômico do estado” e que, com isso, pode reforçar a melhoria nos indicadores de desenvolvimento humano, explicando

seus valores mais elevados. Por outro lado, a Região Serrana mantém o estigma de área mais vulnerável de Santa Catarina, com sua economia baseada principalmente na agropecuária, com renda per capita mais baixa e que enfrenta desafios de acesso a serviços que melhorem o desenvolvimento humano (educação e saúde), de modo que quase todos os seus municípios continuam em baixo DHE. Os ganhos observados na região Serrana (de 3,3% para 6,7% em alto DHE) são insuficientes para reduzir a disparidade com outras regiões do Estado, indicando a necessidade políticas públicas e ações mais efetivas de desenvolvimento territorial.

Figura 3 - Perfil de desenvolvimento humano e econômico por mesorregião em Santa Catarina



Fonte: Elaboração própria

Os dados apontam para persistentes desigualdades territoriais no Estado catarinense. A concentração de desenvolvimento socioeconômico nas mesorregiões Norte, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis e o subdesenvolvimento no Sul, Oeste e Serrana refletem um processo já documentado, em que a concentração da população e da atividade econômica em algumas áreas contrasta com o declínio ou estagnação de outras, situação que levou o governo estadual a adotar políticas de desenvolvimento regionalizado. Nesse contexto, embora os incrementos em Grande Florianópolis, Norte e Vale do Itajaí sinalizem progresso econômico, as regiões menos desenvolvidas – especialmente a Serrana e partes do Sul/Oeste – continuam com ampla maioria de municípios em baixo DHE. Isso implica a necessidade de políticas públicas focalizadas nessas áreas e municípios mais vulneráveis.

A melhora percentual dos municípios classificados com alto desenvolvimento humano e econômico (DHE) entre 2013 e 2023, observada no Figura 2, pode ser

parcialmente explicada por avanços nos indicadores vinculados às dimensões do IFDM — Emprego & Renda, Saúde e Educação — que possuem forte relação com os ODS. Por exemplo, o aumento da massa salarial real e da taxa de formalização do mercado de trabalho contribui diretamente para os ODS 1 (Erradicação da pobreza), 5 (Igualdade de gênero) e 8 (Trabalho decente e crescimento econômico). Tais avanços, mais concentrados em mesorregiões como Grande Florianópolis e Norte Catarinense, ajudam a explicar a elevação do percentual de municípios com alto DHE nessas regiões, conforme indica a Figura 3..

No campo da saúde, a proporção de atendimento adequado de pré-natal e a redução de óbitos infantis por causas evitáveis (vinculadas aos ODS 2 e 3) exercem influência direta na dimensão Saúde do IFDM e nos resultados positivos observados em algumas regiões, como o Oeste, que apesar de seu perfil mais rural, mostrou melhoria relativa entre 2013 e 2023. No entanto, a Região Serrana continua a apresentar um percentual muito reduzido de municípios com alto DHE (apenas 6,7% em 2023), o que sugere deficiências persistentes nesses indicadores sociais básicos e, por consequência, um distanciamento das metas dos ODS em saúde e erradicação da pobreza.

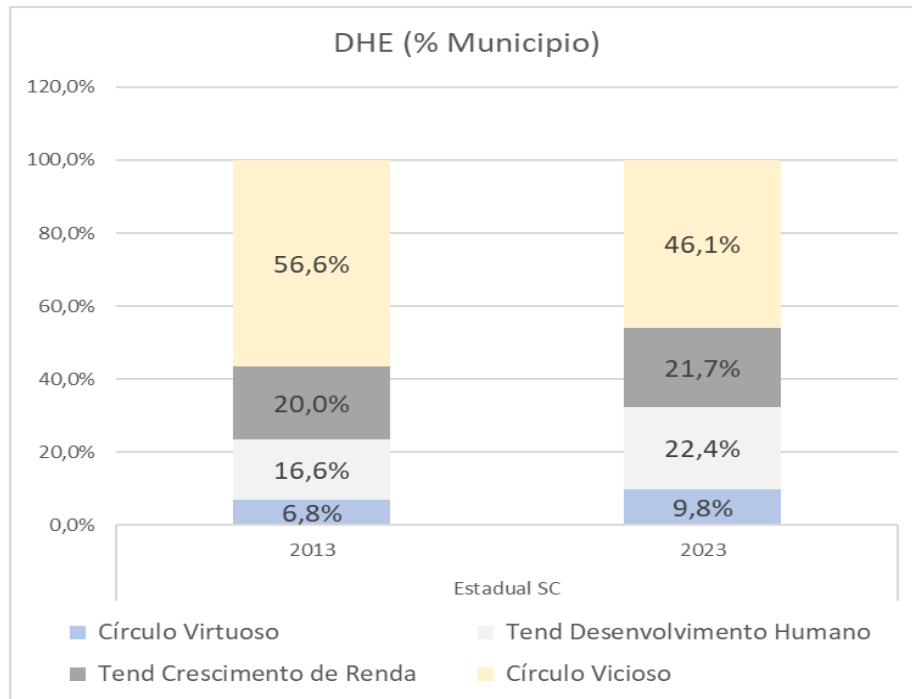
No tocante à educação, o desempenho no IDEB, o acesso à educação infantil e a formação dos docentes (indicadores ligados ao ODS 4) são fundamentais para explicar o avanço moderado observado em mesorregiões como o Sul e o Vale do Itajaí. Essas regiões apresentam maior estabilidade nas taxas de alto DHE, com 37% dos municípios nessa categoria em 2023. O acesso qualificado à educação é um elemento estruturante para romper ciclos de pobreza e impulsionar outras dimensões do desenvolvimento, o que reflete diretamente na evolução dos indicadores do IFDM.

Por outro lado, a redução das desigualdades, expressa pelo Índice de Gini de renda do trabalho formal (meta 1.1) e pelo próprio IDHM/IFDM agregado (meta 10.2), é a dimensão que sintetiza os efeitos combinados das demais. A presença majoritária de municípios com baixo DHE em 2023 (67,8%), conforme mostra a Figura 2, e a concentração do alto desenvolvimento em mesorregiões mais urbanizadas ou economicamente integradas, reforçam a urgência de políticas públicas orientadas pela lógica da equidade territorial e dos ODS.

Em relação às vertentes de desenvolvimento em Santa Catarina, os dados estaduais indicam uma leve melhora geral (Figura 4 e 5), com aumento dos municípios em Círculo Virtuoso (de 6,8% para 9,8%) e com Tendência de Desenvolvimento Humano (de 16,6% para 22,4%). Simultaneamente, observa-se uma redução dos municípios no

Círculo Vicioso, de 56,6% para 46,1%, evidenciando uma transição positiva em parte dos territórios, embora ainda expressiva a presença de realidades marcadas por déficits simultâneos em renda e DH.

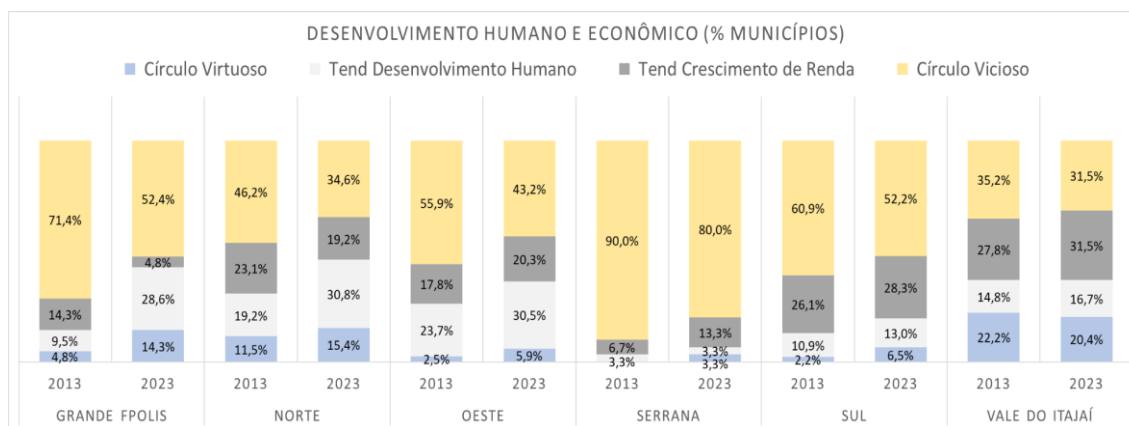
Figura 4 - Vertentes de desenvolvimento dos municípios de SC



Fonte: Elaboração própria

Ao examinar as variações por mesorregiões, na Figura 5, é possível observar disparidades territoriais importantes. Por exemplo, a Grande Florianópolis apresenta melhora expressiva: o percentual de municípios no Círculo Vicioso caiu de 71,4% para 52,4%, enquanto houve crescimento dos municípios classificados como Tendência de Desenvolvimento Humano e Círculo Virtuoso. O Norte Catarinense e o Oeste também demonstraram avanços notáveis, com redução dos municípios no Círculo Vicioso e aumento significativo da presença nas categorias mais positivas. Já a mesorregião Serrana mantém a maior proporção de municípios em situação crítica (Círculo Vicioso), embora tenha havido uma leve melhoria (queda de 90% para 80%). O Vale do Itajaí, por sua vez, apresenta cenário equilibrado, com destaque para o crescimento de municípios classificados como Tendência de Crescimento de Renda (de 14,8% para 31,5%). Essa heterogeneidade regional aponta para trajetórias distintas de desenvolvimento, refletindo desigualdades estruturais que influenciam o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no território catarinense.

Figura 5 - Vertentes de desenvolvimento das mesorregiões de SC



Fonte: Elaboração própria

À luz da matriz de convergência entre os componentes do IFDM e os ODS, pode-se inferir que os avanços observados nos municípios classificados como Círculo Virtuoso e Tendência de Desenvolvimento Humano estão alinhados com metas dos ODS 1 (Erradicação da pobreza), ODS 3 (Saúde e bem-estar), ODS 4 (Educação de qualidade), ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico) e ODS 10 (Redução das desigualdades). Indicadores como a taxa de formalização no mercado de trabalho, a cobertura de pré-natal, os resultados do IDEB e o índice de Gini são determinantes para a melhoria do desempenho municipal.

Por outro lado, a persistência do Círculo Vicioso em regiões como o Sul e a Serrana evidencia fragilidades nos mesmos indicadores — especialmente na massa salarial real e nos serviços de saúde e educação — comprometendo o avanço sustentável e o cumprimento integral da Agenda 2030. Assim, os resultados reforçam a importância de políticas públicas territoriais que considerem as especificidades regionais e invistam na articulação integrada entre desenvolvimento humano e econômico.

5. Considerações finais

A compatibilidade entre os componentes do IFDM e os ODS reforça a utilidade do IFDM como instrumento de monitoramento das metas da Agenda 2030 em nível local. Entretanto, persistem desigualdades estruturais entre as mesorregiões de Santa Catarina, especialmente na Serrana e no Sul, que apresentam dificuldades em romper o ciclo de baixo desenvolvimento. Os dados indicam a necessidade urgente de políticas públicas regionalizadas e integradas, voltadas à melhoria de indicadores essenciais como educação, saúde, formalização do trabalho e distribuição de renda. A articulação entre

políticas estruturantes e os ODS é fundamental para promover um desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável no estado.

Referências

ABRAMOVITZ, M. Thinking about growth: and other essays on economic growth and welfare, Cambridge: Cambridge University press, 1989.

BECK, Ulrich. A sociedade do risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil 2021. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9221-indicadores-de-desenvolvimento-sustentavel.html>>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CMMA - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1992. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4950173/mod_resource/content/1/Nosso%20Futuro%20Comum.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

DALY, H.E. Beyond growth: the economics of sustainable development. Boston: BeaconPress, 1996.

FIRJAN, Anexo metodológico 2023. Disponível em: <<https://www.firjan.com.br/ifgf/metodologia/>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LEAL FILHO, Walter et al. Implementing the Sustainable Development Goals at local level: case studies from around the world. International Journal of Sustainable Development & World Ecology, v. 25, n. 3, p. 209-214, 2018.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assembleia Geral da ONU, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 15 jun. 2025.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Informe sobre Desarrollo Humano - México 2002. México - DF: Mundi-Prensa México, S.A. de C.V., 2003 (ISBN 968-7462-34-5), Disponível em: <<https://hdr.undp.org/system/files/documents/mexico2002sp.pdf>>. Acesso em: 22 de maio de 2025.

SACHS, I. Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

VEIGA, J.E. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.